



Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva

Atílio Butturi Júnior
Ana Raquel Motta
Claudiana Narzetti
Claudine Haroche
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro
Damon Mayaffre
Dominique Maingueneau
Freda Indursky
Inês Lacerda Araújo
Jacques Guilhaumou
Jean-Jacques Courtine
Jefferson Voss dos Santos
Lucília Maria Abrahão e Sousa
Maria do Rosário Valencise Gregolin
Michel Pêcheux
Paul Henry
Pierre Achard
Roberto Leiser Baronas
Sonia Branca-Rosoff
Sophie Moirand
Sirio Possenti
Vanice Maria de Oliveira Sargentini
(Autores)

Letraria
Araraquara
2020



ANÁLISE DE DISCURSO: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA NOÇÃO-CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

PROJETO EDITORIAL
Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Letraria

CAPA
Letraria

REVISÃO
Letraria

BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso:
apontamentos para uma história da noção-conceito
de formação discursiva.** Araraquara: Letraria, 2020.

ISBN: 978-65-990072-7-9

1. Análise de discurso. 2. Formação discursiva.
3. Noção-conceito.

CDD: 410

**À Joyce e à Carolina
por todos os sentidos...**

| Sumário

Agradecimentos	8
Prefácio Sirio Possenti	10
Apresentação Roberto Leiser Baronas	12
A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry	17
Remontemos de Foucault à Spinoza Michel Pêcheux	40
O conceito de formação discursiva Jean-Jacques Courtine	58
Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente Jacques Guilhaumou	88
Formação discursiva, dialogismo e sociologia Pierre Achard	106
Formação discursiva: uma noção muito ambígua? Sonia Branca-Rosoff	129
Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva Sophie Moirand	152

Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas	194
Dominique Maingueneau	
Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo	210
Atílio Butturi Júnior	
Foucault, Pêcheux e a formação discursiva	235
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro	
Analisar formações discursivas: reflexões teórico-metodológicas aplicadas a um <i>corpus</i> sobre a palmada	264
Claudiana Narzetti	
Formação(ões) discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas <i>versus</i> burgueses	281
Damon Mayaffre	
Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva	300
Freda Indursky	
Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault	318
Inês Lacerda Araújo	
Especificidades do discurso e das formações discursivas para Michel Foucault: práticas discursivas e não-discursivas	337
Jefferson Voss dos Santos	
Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia	361
Lucília Maria Abrahão e Sousa	

Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades Maria do Rosário Valencise Gregolin	377
Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault Roberto Leiser Baronas	394
Direita e esquerda: volver! Sirio Possenti e Ana Raquel Motta	411
A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o <i>corpus</i> na análise do discurso Vanice Maria de Oliveira Sargentini	433
Posfácio Maria da Conceição Fonseca-Silva	444

Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo

Atilio Butturi Junior¹³⁰

130 Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (que coordena) e do Mestrado Interdisciplinas em Ciências Humanas da UFFS. Líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (CNPq/UFSC).

1. Introdução¹³¹

Em minha dissertação de mestrado, escrita em 2008 e publicada na forma de um livro – *Metafísica e Discurso: Foucault, Pêcheux e a pós-modernidade* (BUTTURI JUNIOR, 2009) –, eu parti de uma hipótese, digamos, ousada: a de que seria possível ler, segundo o problema da comensurabilidade das teorias, a análise do discurso que se produziu na França nas décadas de sessenta e setenta do século XX. Mais detidamente, eu propunha um corte entre dois modelos, a saber: o desenvolvido por Michel Pêcheux e a escola da Análise de Discurso Francesa (ADF) e a arqueogenealogia de Michel Foucault.

No meu esforço cesuralista, uma noção cara a ambos os projetos fez funcionar minha hipótese: a de formação discursiva. Sobre ela, dediquei uma seção, intitulada *A revolução dos bichos* (BUTTURI JUNIOR, 2008, 2009). Resumidamente, tratei de: i) indicar que a discussão da paternidade partilhada (BARONAS, 2004; MAINGUENEAU, 2011, 2008 entre outrxs) traria um problema temporal e um teórico, visto que Foucault já discorria textualmente sobre o conceito em 1968¹³²; ii) instaurar um corte entre a sobredeterminação em última instância pela formação ideológica, em Pêcheux (datas) e o caráter de dispersão em Michel Foucault; iii) descrever a relação de crítica e autocrítica que a AD travou com o conceito de Foucault (COURTINE, 1981¹³³, 1999; PÊCHEUX, 1975, 1978, 1983; GUILHAUMOU, 2004), até a constatação de Pêcheux (1983, p.56) de que seu uso trouxe “[...] a idéia [sic] de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade

131 Agradeço ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ2), processo 304252/2019-0.

132 Na entrevista *Sobre a arqueologia das ciências*, Foucault (2005 [1968], p.106) menciona o conceito de formação discursiva e aponta suas distinções em relação ao marxismo: “[...] é um sistema regado de diferenças e dispersões”. Ver mais detalhadamente em Butturi Junior (2008, 2009).

133 “[...] Relire Foucault, ce n’est pas l’appliquer à l’AD, c’est faire travailler sa perspective à l’intérieur de l’AD (COURTINE, 1981, p. 40).

desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora”.

Retomo meu texto por motivos teórico-metodológicos. Primeiro, porque parece-me que hoje, à luz do tempo e da injunção pelos interstícios e pelas ambiguidades, é mais interessante buscar pontos de contato do que divergências. Digo, de outro modo: talvez a sugestão de Kuhn (1998) de que a transposição do problema da incomensurabilidade para as ciências humanas e sociais tenha seus efeitos práticos. Não parece heurísticamente produtivo, inclusive, imaginar que a discussão – hoje anacrônica – sobre modernidade e pós-modernidade pode dar conta nem das distinções teóricas entre os modelos de Pêcheux e de Foucault e nem das relações bastante específicas que eles construíram com a língua e a linguagem, conforme lidas pela Linguística ou pela Filosofia.

O segundo dos motivos aparece na esteira do precedente e está inscrito numa ironia de Michel Foucault: a presença de certa preocupação marxiana em seus textos que, conforme ele mesmo gostava de dizer, muitas vezes passava despercebida aos marxistas mais ortodoxos (FOUCAULT, 2006)¹³⁴. É certo, não quero aqui afirmar que se trata de um Foucault marxista e nem defender, como em Lecourt (1970), que o erro de Foucault estaria em sua insuficiência de marxismo – o que, no limite, indicava que faltava à arqueologia um problema de classe¹³⁵. No entanto, interesse-me aqui pelo

134 “Eu cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles não são capazes de reconhecer os textos de Marx, eu passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, sente a necessidade de citar Newton ou Einstein? Ele os utiliza, mas não tem necessidade de aspas, de notas em pé de página ou de aprovação elogiosa que prove a que ponto ele é fiel ao pensamento do mestre.” (FOUCAULT, 2006, p. 173).

135 Gostaria de citar dois momentos, ao menos, em que Foucault trata especificamente de problemas de classe. Em “A vontade de saber”, ao descrever a distribuição do dispositivo sexual, o autor distingue dois fenômenos: a moralização do corpo dos pobres e o projeto de “valorização do corpo” da burguesia, atinando para uma divisão de classe nos deslocamentos da tecnologia de governo biopolítico (FOUCAULT, 2009, p.135-137). O segundo, produto de uma intervenção coletiva em 1972, quando da criação do Grupo Informação Saúde – por médicos críticos ao sistema de saúde francês. Intitulado *Médecine et lutte de classes*, o texto relaciona poder médico, divisão de classes e capitalismo biopolítico, fazendo notar as relações entre os corpos e liberalismo (discurso sobre o qual se estabelecem os médicos contra os proletariados (RODRIGUES; FRANCISCO, 2016). Nos dois casos – assim como em muitos outros –, trata-se não de assimilar Foucault ao pensamento marxiano, mas de fazer notar que a relação, mais ou menos tensa, a depender do período, é de deslocamentos e retomadas.

deslocamento arqueológico no tratamento dado à linguagem e às relações não-discursivas, como descreverei adiante. É este problema da relação discursivo e não-discursivo, jamais solucionado em Foucault, que me interessa – não em suas lacunas, mas em sua produtividade analítica.

Tomando os dois motivos como precauções, gostaria de levar em consideração justamente essa relação entre práticas discursivas e não-discursivas, com o objetivo de interrogar uma questão menos abrangente, mas que materializa aquela ambiguidade que ora me interessa: **o espaço de aparecimento do conceito de formação discursiva em Michel Foucault**, tendo em vista, a um só tempo: i) a inscrição do conceito numa problematização sobre o ser da linguagem; ii) a assunção de uma filosofia político-discursiva por Foucault.

Antes, um breve parêntese panorâmico, com efeitos de justificativa. Como se sabe, as formações discursivas (FDs) têm recebido uma série de leituras, desde os finais da década de sessenta do século XX. No campo dos estudos do discurso, elas permanecem objeto de problematização e, como relatava Maingueneau (2011), continuam amplamente utilizadas¹³⁶. Já Courtine (1999) apontava o acontecimento da proliferação do campo de estudos do discurso, para além do althusserianismo que prevaleceria até o final da década de setenta, que teria promovido o deslocamento de seus conceitos e uma transformação das práticas de análise – entre os quais, o de FD. Encontrada nos trabalhos seminais da ADF¹³⁷ e em discussões tão díspares quanto as de Dominique Maingueneau (2008, 2011) e Norman Fairclough (2008), a história do conceito é conhecida: passa

136 Basta fazer uma breve pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES para observar a capilaridade do conceito, seja na Linguística, seja em outros ramos das Ciências Humanas.

137 Na ADF, uma definição canônica de FD é dada em 1971 por Pêcheux, Haroche e Henry, no número 24 da revista *Langages*, a partir do conceito de formações ideológicas: “As formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de exposição, de um programa, etc.).”

por uma série de críticas a partir dos finais da década de setenta; permanece como questão de pesquisa teórica e metodológica, sobre a qual ainda se debruçam os pesquisadores.

No Brasil, vários trabalhos têm se dedicado à questão (GREGOLIN, 2004, BARONAS, 2004, 2011; BUTTURI JUNIOR, 2008, 2009; VOSS, 2015; SARGENTINI, 2007; NARZETTI, 2019), seja para interrogar a “paternidade compartilhada” da origem, seja para inventariar linhas de articulação e de distensão entre os projetos teóricos de Pêcheux e Foucault. É com os olhos voltados para essa presença da FD como questão de pesquisa e como aparato metodológico de análise, ainda ubíquo, que inscrevo este meu texto, portanto. E fecho o parêntese.

Para desenvolver meus argumentos, divido este capítulo em duas breves seções. Na primeira, *Um modo de ser da linguagem*, defendo a tese de que há uma teoria da linguagem esboçada em Michel Foucault, notadamente política e constituída no interstício entre o discursivo e o não-discursivo. Na segunda, *Política e dispersão*, sugiro que no conceito de FD materializam-se tanto a teoria da linguagem proposta quanto o jogo político. Dividida em duas partes, a seção se ocupa das regularidades e, depois, do papel do não-discursivo na produção do conceito de formação discursiva. Por fim, as *Considerações Finais* trazem três autores (Negri, Irerra e Agamben) para apontar para o ainda importante papel que o conceito de FD pode desempenhar.

2. Um modo de ser da linguagem

Michel Foucault, em 1968, concedeu uma entrevista em que afirmava um desconforto em relação à posição de acadêmico especializado na linguagem. Admitindo um “frio na barriga”, o próprio gesto da entrevista dava a ele uma “desconfiança quase moral” diante dos modos de habitar a linguagem que eram exigidos pela ordem do discurso – comunicação, significação ou confissão (FOUCAULT, 2016). É sabido seu desejo de desfazer uma “moral de estado civil” na escritura (FOUCAULT, 2012); ou de romper com a “soberania do significante”, esta forma antropocêntrica sobre a qual se instituem os saberes e seus regimes de enunciação (FOUCAULT, 2002).

Não obstante a desconfiança que revela ao entrevistador, a linguagem foi objeto das problematizações de Foucault, a ponto de Veyne (2011) afirmar em que ele participou de uma espécie de *linguistic turn* ampliado – solo compartilhado por Nietzsche, Wittgenstein e Austin. Para Veyne, o debate travado se dava sobre as relações entre mundo e linguagem. Aqui, gostaria de atentar para a zona de reciprocidade entre mundo e linguagem que, na *Arqueologia*, vai ser formulada a partir do par discursivo e não-discursivo – e depois adensada sob outras formas.

Volto, antes, à linguagem como questão foucaultiana. Num texto de referência, Roberto Machado (2005) trouxe à tona o papel que ela ocupa: na arqueologia, de modo mais presente, inclusive na incursão pela literatura e pela experiência da transgressão; na genealogia, com mais parcimônia e segundo um crescente abandono. Não obstante esse “silêncio” com relação à literatura, é mister lembrar, nas décadas de setenta e de oitenta, que muitos de seus escritos partiam de um objetos como as *lettres de cachet* ou o dizer verdadeiro, a *parrêsia*. Dito de outro modo, tanto a hermenêutica de si como as práticas de liberdade e as resistências continuaram se inscrevendo e buscando resposta na linguagem – tomada como discurso ou como modalidade de subjetivação.

É de um desses modos de ser da linguagem, o discursivo, que me ocupo aqui – por razões óbvias¹³⁸. Esse ser da linguagem é assim descrito por Michel Foucault, em 1969: “**A linguagem, na instância do seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado.** Como tal, se apoia numa descrição que não é nem transcendental, nem antropológica.” (FOUCAULT, 2012, p.138, grifos meus). A citação é do capítulo “O enunciado e o arquivo”, sobre o qual muito já se falou. É preciso, porém, trazer à tona o que justifica as negativas do autor, a saber: o enunciado não é nem uma proposição, nem uma frase e nem um ato de fala. Ele não é o resultado feliz da existência de um sujeito e nem garante o acesso à verdade. Sua instância de aparecimento é a do jogo e a da relação – *relação*, aliás, é a palavra que mais se repete no texto da *Arqueologia*.

138 Para uma leitura da linguagem como transgressão e liberdade, ver Butturi Junior (2018).

É mister lembrar que Foucault (2012) negava ao texto de *A Arqueologia do Saber* um caráter de metodologia e exigia para si um espaço de liberdade. Justamente por isso, desde o primeiro capítulo, *As Regularidades Discursivas*, ele trata de colocar em suspenso as unidades antropológicas: *obra, sujeito, livro*. O que resta dessa manobra são “outros tipos de relações” (FOUCAULT, 2012, p. 35) dispostas como um jogo e uma dispersão. Esses “jogos de relações”, destaque-se, dizem respeito a um campo preciso de aplicação, qual seja, os discursos que ele chama de “ciências do homem”, uma forma da positividade.

Interessa ir adiante no texto para observar que é nas formações discursivas que o francês encontra a possibilidade de descrever os enunciados na sua ontologia da linguagem como discurso. Depois de considerar que não tem ainda um “modelo teórico rigoroso” (p.140), ele determina as condições do enunciado, definido como uma função relativa a um referente, a um sujeito, a um campo associado de outros enunciados e a uma materialidade. As FDs, nessa topologia em que a distinção entre o linguístico e o não-linguístico não é pertinente, são grupos de enunciados que estão relacionados de formas diversas – sobre as quais me deterei adiante. Importante, porém, é destacar que, não obstante se formularem como um conjunto dedutivo, enunciado e FD constituem uma só coisa: FDs são uma lei de coexistência de enunciados, sob a condição de serem também enunciados que respondem por uma “modalidade de existência” (p.143) específica.

A descrição do ser da linguagem – o enunciado – ainda se vale de outro elemento axial: a luta política. Sobre esse tema, muito tem se falado sobre o papel que ocupa a aula inaugural no *Collège de France* como ponto de viragem genealógico, pelo qual Foucault estabelece uma viragem política definitiva¹³⁹. Ora, novamente menos cesuralista,

139 Refiro-me, aqui, especificamente ao seguinte trecho: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2002, p.10). A interpretação de um deslocamento da arqueologia à genealogia se deve, em muito, a Eribon (1990), cujo texto relaciona a presença de Foucault em Vincennes e sua militância a uma viragem em direção ao poder.

quero fazer notar aquilo de Deleuze (2005, p.21) chamava de “esboço de filosofia política” na *Arqueologia do Saber*, quando se estabelece o “espaço complementar” das formações não-discursivas. Deleuze toma o cuidado de, porém, não procurar a causalidade entre o não-discursivo e o discursivo, tampouco uma hierarquia de coerções. Na relação estabelecida, assim como acontecia com o espaço colateral dos enunciados ou com o espaço correlativo de sujeitos, objetos e conceitos, na diagonal:

A diagonal impõe, porém, um terceiro caminho: *relações discursivas com os meios não-discursivos*, que não são em si mesmos internos nem externos ao grupo de enunciados, mas que constituem o limite de que falávamos há pouco, o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer [...] (DELEUZE, 2005, p.21, grifos do autor).

Deleuze propõe a inversão, um tanto foucaultiana, da passagem da diagonal de empecilho à prática. Diferente do que fazia Lecourt (1970), em sua crítica à lacuna foucaultiana em relação à ideologia e à infraestrutura, na assunção de uma política arqueológica o que vemos é mesmo a exigência de pensar outros modelos de relação e de causação – que, como tentarei mostrar adiante, vai interferir diretamente na formulação de Foucault sobre a liberdade dos níveis que sustentam uma FD. Para Deleuze (2005), era a própria conjunção entre o dizível e o visível (aqui, lidos como o discursivo e o não-discursivo) uma impossibilidade que também implicava numa luta¹⁴⁰. O que interessa, afinal, é pensar como a teoria das práticas discursivas formulada na *Arqueologia*, ao assumir a exterioridade como elemento fulcral, condiciona sua entrada ao problema – genealógico, dir-se-ia – do poder. Leiamos mais um recorte:

140 Para Deleuze (2005), a arqueologia era voltada ao dizível, mais intransitiva, enquanto a genealogia operava segundo a transitividade solicitada pelo papel central das relações de poder.

[o discurso] aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que se coloca, por conseguinte, **desde sua existência** (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2012, p.148-149).

Trata-se não de um epifenômeno, mas de uma condição de existência do discurso que ele seja político. Então, retomemos: i) o discurso é definido como “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...]” (FOUCAULT, 2012, p.143); ii) o enunciado materializa a natureza da linguagem, política; iii) a economia do discurso, como conjunto de enunciados, coloca sempre o problema de uma luta política.

Cabe questionar Foucault sobre o que, nessa época, ele entende por política. Para tanto, volto-me a um texto contemporâneo, uma entrevista à *Esprit*, de 1968, cujo tema é, ainda, os efeitos de *As Palavras e as Coisas*. Lida há pouco tempo em um artigo de Galantin e Ribas (2019), nela o autor coloca em xeque a política como “garantia de um fundamento” ou como “teleologia transcendental” (FOUCAULT, 1994a, p.687) e solicita um espaço para pensar os discursos em seu funcionamento e de acordo com condições específicas de exercício, já anunciando o que descreverá na *Arqueologia*:

Existe atualmente um problema que **não é sem importância para a prática política**: ele diz respeito ao status, às condições de existência, ao funcionamento, à institucionalização dos discursos científicos. Veja então que tenho um projeto de análise histórica – ao escolher os discursos que têm não a estrutura epistemológica mais forte (matemática ou física), mas o **campo de positividade** mais denso e mais complexo (medicina, economia, ciências humanas). (FOUCAULT, 1994a, p.688, tradução e grifos meus).

No caso da entrevista de 1968, o que se observa é a ligação entre uma política da linguagem e uma política dos saberes, nas quais a luta é um ponto fulcral – um jogo aberto de poder e de deslocamentos. Dois pontos me interessam na citação, a fim de arrematar essa apresentação inicial da linguagem em Foucault, na modalidade de uma história dos conceitos¹⁴¹ e de descrever o que o autor propõe na *Arqueologia*. Primeiro ponto: a política, assim como o discurso (FOUCAULT, 2012), é definida na forma de uma prática. Parece lícito, em ambos os casos – e tendo em vista a crítica na *Esprit* da metafísica política –, lembrar que a prática se define segundo “um conjunto de regras anônimas” e determinam “as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2012, p.144).

Segundo ponto: a positividade. Analisar a linguagem em seu modo de existência de discurso “É estabelecer o que eu chamaria de bom grado, **uma positividade**.” (FOUCAULT, 2012, p.153, grifos meus). Elas são um elemento relacionado tanto à política da linguagem quanto à sua materialização na forma de FD. Assim é que, ao estabelecer a distinção entre a positividade e a disciplina, Foucault trará como exemplo a gramática geral, a fim de distingui-la do modelo da ciência. Esse conjunto de práticas – algumas vezes, pouco discerníveis no texto da *Arqueologia* –, em sua positividade, receberá o nome de saber.

Volto-me com mais acuidade ao conceito de positividade, naquilo que ele aponta como agonística. Agamben (2014) vai retomá-lo das lições sobre Hegel ministradas por Jean Hypollite. Ao distinguir a religião natural e a religião positiva, Hegel forjou a positividade para dar conta daquele “[...] elemento histórico, como toda sua carga de regras, ritos e instituições”. Agamben, todavia, aponta que, em Foucault, o esforço conciliatório hegeliano entre o natural e o positivo teria sido substituído pelo tensionamento radical dos elementos: de um lado, a vida natural; de outro, a captura pelas regras e pelas instituições

141 Com isso, quero retomar o que é próprio do itinerário de seu pensamento e que sucintamente mencionei: um deslocamento conceitual relativo à linguagem, que passa de possibilidade heterotopológica à tecnologia de subjetivação ou hermenêutica.

– pelos dispositivos, aos quais me remeterei na próxima seção. É essa luta, novamente, que configura o estatuto da positividade que, como se lê em Foucault, está no cerne da arqueologia.

Ora, o problema da positividade como tensionamento e cisão com a dialética, em Foucault, vai ao encontro daquilo que funciona como condição de possibilidade de sua filosofia linguístico-política. Então, vejamos: se a condição de descrever as positivities é precedida da problematização da linguagem como política na *Arqueologia* e se há uma implicação entre aquilo que é discursivo e aquilo que não é discursivo, na forma de uma diagonal constitutiva, é lícito ler no texto de 1969 um objetivo central, qual seja:

[...] **mostrar que falar é fazer alguma coisa** – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições (e não somente uma situação, um contexto, motivos) e que comporta regras (diferentes das regras lógicas e linguísticas de construção) [...] (FOUCAULT, 2012, p.252).

A linguagem, aqui, só pode ser lida em seu modo de produção, mas desde que devidamente articulado ao universo dos outros enunciados e, ainda, ao das condições não-discursivas que regem seu aparecimento. É nesse espaço limítrofe que funcionam as formações discursivas, sobre as quais me detenho na seção seguinte.

3. Política e dispersão

Giorgio Agamben (2014) comenta que há termos definidores das filosofias, conceitos essenciais para a sua inteligibilidade. No caso da Análise do Discurso e do vasto campo dos estudos discursivos, ao que parece, o conceito de *formação discursiva* poderia ser elencado como uma peça-chave, tanto por sua força de irrupção teórico-metodológica, quanto pela série de deslocamentos, debates e críticas

que suscitou e ainda parece suscitar. Se a proposta arqueológica para a linguagem implica uma luta política e uma relação diagonal com o não-discursivo, como até aqui venho defendendo, essas exigências trazem no bojo a proposta de pensar como se dá a regulação daquilo que se apresenta na modalidade da dispersão e, depois, como esse não-discursivo emerge no discurso do arqueólogo. É nesse interstício que aparecem as FDs e é com ele que inicio esta seção.

3.1 Regular a dispersão

Tomo a liberdade de fazer um breve excuro sobre o tema da regularidade. Quando, no início do capítulo *As regularidades discursivas*, Foucault nega as formas de continuidade do pensamento, sugere que um “novo domínio” está liberado, qual seja:

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (que tenham sido falados ou escritos), em sua **dispersão de acontecimentos** e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca de unidades que aí se formam. (FOUCAULT, 2012, p.32, grifos meus).

Antes de me deter na relação entre FDs e dispersão, gostaria de retomar, de modo sucinto, o aparecimento das regularidades nas positivities descritas por Michel Foucault. Assim, por exemplo, ocorre em *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 2000). Como se sabe, o livro tem como objeto o deslocamento das *epistemes* e a produção de condições de produção de aparecimento da Economia Política, da Linguística e da Biologia como modelos antropológicos para inventar o homem como um duplo empírico-transcendental.

Dessa perspectiva, o prefácio já faz notar que tomar a dispersão – a sintaxe em ruína – aparece como uma espécie de tarefa para um pensamento heterotópico, cuja busca é pelas regras que se estabelecem na descontinuidade. O conceito de *episteme*, sobre o qual Foucault (2012) estabeleceu uma autocrítica¹⁴², pretendia dar conta da formação das regularidades que tornavam possíveis “sistemas de simultaneidade” históricos e escandiam certos discursos e certas práticas (FOUCAULT, 2000, p. XIX).

O problema da regularidade não aparece apenas em *As palavras e as coisas*. Aqui, me detenho num texto anterior, no qual a terminologia é ainda imprecisa, *O nascimento da clínica*. Foucault anuncia que sua pretensão é “[...] determinar as condições de possibilidade da experiência médica, tal como a época moderna a conheceu.” (FOUCAULT, 1994b, p. XVIII). Para tanto, ele vai descrever “[...] o *a priori* histórico e concreto do olhar médico [...]” (FOUCAULT, 1994b, p.222) na forma de um *código do saber*, ou da *redistribuição* ou *estrutura do visível e do dizível*. Aqui, interessa-me menos a imprecisão conceitual e mais a relação que o autor estabelece entre visível e dizível, sobejamente debatida em Deleuze (2005). A “estrutura do visível” aparece de várias maneiras no texto, ao gosto do não-discursivo: é a tecnologia do quebra-crânio, é a espessura do corpo morto como primeira condição de possibilidade do saber sobre o homem; são as práticas médicas e seu *status* que ganham força; são os hospitais que aparecem como lugar de cura, pela primeira vez na história. Aliás, é ainda nesse cadinho de objetos não-discursivos que irrompe uma relação diagonal com os discursos: a doença e o hospital coincidem como “[...] o pensamento político reflete o problema da assistência.” (FOUCAULT, 1994b, p.19).

Se Foucault ainda aborda o tema segundo a ordem do reflexo, sugerindo a causalidade externo-interno que criticará na *Arqueologia*,

142 A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 2012, p.231).

o que se inscreve no texto da clínica é da ordem da sua concepção de linguagem de 1969: um enunciado político, para o qual concorrem e no qual travam lutas e relações variáveis o discursivo e o não-discursivo. O fundamental, novamente, é retomar que é no deslocamento genealógico que aparecerá o conceito-chave de dispositivo, utilizado até o final da década de setenta do século XX e cuja característica é materializar aquilo que se vislumbrava na arqueologia: uma ordem de positividade e de regularidade instaurada por relações entre os enunciados e por relações entre os enunciados e o mundo. É nessa dispersão que apareciam, na Arqueologia, certos sistemas históricos – as formações discursivas. Mais tarde, o dispositivo se ocupará das relações positivas entre o linguístico e o não-linguístico (FOUCAULT, 2009; AGAMBEN, 2014)¹⁴³ e de seus efeitos políticos, seja no que tange à produção de regularidades no saber quanto no que se refere à produção de regularidades na produção de subjetividades.

Não pretendo me estender no debate sobre o dispositivo em Foucault. Apenas marco uma espécie de genealogia possível do conceito nas incursões anteriores do francês, que passam pelo conceito de FD. É finalmente tempo de deter-me sobre ele.

3.2 Os sistemas de dispersão

Logo no início do capítulo *Ciência e saber*, Foucault (2012, p.214), chama a positividade e a formação discursiva de “termos um pouco bizarros”, por sua suposta ineficácia epistemológica. É porque as práticas discursivas não se confundem com as ciências, afirma ele, que a pergunta sobre a cientificidade ou sobre a cisão entre ciência e ideologia não são pertinentes para o arqueólogo que procura pelas práticas históricas em sua relação com as práticas discursivas, permitindo que certos discursos apareçam, raros, e regulando a dispersão. É esse estranhamento de perspectiva que, bizarro, Foucault defende.

143 Conforme Negri (2016, p.101), “O dispositivo é uma operação não apenas epistemológica, mas também ontológica, que reconstrói o real a partir de baixo, em situação, segundo uma pragmática orientada.”

Se nos voltarmos à citação da *Arqueologia* que define a FD, de antemão somos obrigados a adensar o problema do mesmo e do outro, da regularidade e do acontecimento. As questões que Foucault coloca no capítulo *As regularidades discursivas*, quando apresenta a FD em sua complexidade relacional, reverberam em outras, a saber: i) o que é um sistema de dispersão? ii) de que sistematicidade possível nos fala o arqueólogo quando pretende descrever sua FD? Trata-se sempre de um recorte complexo e relacional, cuja capacidade explicativa está em relação diretamente proporcional à mobilidade. Inicialmente, assim a FD aparece na letra foucaultiana:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante **sistema de dispersão**, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências [sic], inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como, “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2012, p.47, grifos meus).

Foucault ensina que o objetivo é deslindar “ilhas de coerência” possíveis e estudar as formas de repartição dos enunciados e dos discursos. Essas ilhas de coerência dizem respeito a regras que se formulam segundo a ordem do discurso e segundo a ordem da política. Além disso, como já afirmado aqui, são forjadas no próprio exercício da função enunciativa. Essa repartição, porém, não tem como característica nenhum “todo complexo dominante” relacionado a formações ideológicas. Foucault diverge do althusserianismo, porque não há nenhum sistema heterogêneo (como a ideologia) central e determinante em última instância. Na FD foucaultiana, o jogo de relações não se esgota. Teorias do poder distintas, portanto, que exigem a centralidade do Estado e a luta de classes, de um lado, e uma microfísica do poder, ubíquo, do outro. Além disso, vai contra

o hábito e observa lacunas e emaranhados. Sua análise demanda “a ideia de descrever dispersões” (FOUCAULT, 2012, p.46). Uma FD pode ser vislumbrada segundo alguns parâmetros arqueológicos: *as regras de formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias* (BUTTURI JUNIOR, 2009).

Exemplifiquemos o que Foucault pretende na *Arqueologia* com a descrição dos quatro níveis: os *objetos* da psicopatologia do século XIX não guardam uma relação direta entre palavras e coisas, mas se configuram em práticas históricas; as *modalidades enunciativas* se deslocam também relacionalmente e, assim, no século XIX assiste-se ao aparecimento do discurso médico tanto pelo surgimento de instituições quanto pela modificação do *status* da medicina, de forma também dispersa; por sua vez, a formação dos *conceitos* dessa psicopatologia não obedece ao regime de “mais inteligibilidade” dedutiva, mas se funda num “anonimato uniforme”, sem teleologia ou progresso; por fim, as *estratégias*, entendidas como “temas”, não são determinadas, mas fruto de encontros e desencontros, aproximações e disjunções relativas à exterioridade e, de forma mais direta, às relações de poder.

Na *formação discursiva* de uma psicopatologia, em que se pese as regularidades e as dispersões encontradas entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias, não há em Foucault nenhuma determinação vertical, sendo os elementos intercambiáveis em sua possibilidade de dominância: “Os níveis não são pois livres, uns em relação aos outros, e não se desenvolvem segundo uma autonomia sem limite: da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas, existe toda uma hierarquia de relações.” (FOUCAULT, 2012, p.87). Ademais, ele afirma que se há uma regulação dos discursos e dos enunciados¹⁴⁴ em relação à FD, o mesmo não se pode afirmar quanto à anterioridade: o sistema de dispersão (a FD) e os discursos são da mesma natureza. Estão numa “lei de coexistência”: não há nada além ou aquém dos discursos e as FDs, justamente por isso, são sempre móveis.

144 Adiante, discutiremos os conceitos de *enunciado* e de *discurso* em pormenor.

Ora, cabe finalmente descrever o aparecimento das relações não-discursivas, como elemento de “disjunção positiva” entre os níveis e como ponto nodal das preocupações políticas já presentes na *Arqueologia do saber*. Tomo inicialmente a *formação dos objetos*, cujo regime de existência depende de uma *superfície de emergência*, de uma *instância de delimitação* e de uma *grade de especificação*. Uma *superfície de emergência* equivale a elementos tão díspares quanto a normatividade da arte, a sexualidade e a penalidade e Foucault (2012, p.50) menciona uma operação linear: surgimento e, apenas depois, designação e análise. Diríamos que se trata de um acontecimento, limite não-discursivo. Já a *instância de delimitação* tem seus contornos assegurados na linguagem e se assemelha à constituição do que, mais tarde, leremos como uma disciplina (uma polícia do verdadeiro). Por fim, aparecem os “sistemas”, considerados grades de especificação, responsáveis pela escansão, classificação e reagrupamento dos objetos do discurso: a vida, o corpo e até o “jogo das correlações neuropsicológicas” (FOUCAULT, 2012, p.520).

Depois de elencar essas condições de surgimento, na intrincada relação entre discursivo e não-discursivo, Foucault tratará das implicações “numerosas e importantes”, sempre em “um feixe complexo de relações”, devidamente “[...] estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2012, p.54-55). Ao que chama “campo de exterioridade” o autor dá mais uma característica: é formado por relações primárias (digamos, não-discursivas, ou “reais”) e de relações secundárias ou reflexivas, “formuladas no próprio discurso” (FOUCAULT, 2012, p.55). No entanto, o que ele propõe é que há relações “propriamente discursivas” que é preciso deslindar, nem internas e nem externas ao discurso – no limite, nem primárias nem secundárias. São essas relações as práticas discursivas; são elas que embaralham a distinção entre linguagem e as coisas e sustentam uma descrição possível da emergência de objetos numa FD.

Passo às *modalidades enunciativas*. Trata-se na arqueologia de pensar sobre o *status* social e político de quem fala, de perscrutar os “lugares institucionais” (biblioteca, laboratório, hospital) do enunciador, ambos elementos que dizem respeito à luta pelo discurso, política. A eles soma-se a *posição de sujeito*, mais ou menos estabilizada: ora uma posição tomada como “situação que lhe é possível ocupar” (FOUCAULT, 2012, p.63), ora como deslocamento em formas de classificação e documentação – digamos, mais passíveis de repetição e cuja materialidade vincula-se à linguagem.

No caso da *formação de conceitos*, parece que estamos no campo mais estabilizado do discursivo. Foucault (2012) apresenta-os a partir de *formas de sucessão*, de *formas de coexistência* (*presença, concomitância, memória*) e por *procedimentos de intervenção*. São esses últimos que trazem à tona a relação entre os enunciados e as tecnologias, como formas de fazer temporais. Podem ser processos de reescrita, métodos de transcrição e de tradução, métodos de sistematização. O que eles colocam mais uma vez em funcionamento no edifício arqueológico é o interstício que relaciona o enunciado à exterioridade – corpórea ou maquínica.

Por fim, *a economia das estratégias*, para as quais Foucault dedica a menor das seções do capítulo. Inicialmente, ele considera que é mister inquirir sobre os “pontos de difração do discurso”, segundo suas compatibilidades, equivalências ou sistematização. Assim, se as estratégias correspondem a temas históricos mais gerais, são elas que permitem “arquiteturas diversas” (p.78) do discurso. Depois da difração, o arqueólogo revela a necessidade de estudar “*a economia da constelação discursiva*” (p.79) em relação aos demais discursos, sua força estratégica, seu poder de exclusão. É nesse momento que Foucault enuncia o não-discursivo como uma terceira instância. Leiamos:

Essa instância se caracteriza, de início, pela *função* que deve exercer, o discurso estudado **em um campo de práticas não discursivas** [...] Essa instância compreende também o *regime e*

os processos de apropriação do discurso [...] Finalmente, essa instância se caracteriza pelas *posições possíveis do desejo em relação ao discurso*. (FOUCAULT, 2012, p.80, itálicos no original, meus destaques em negrito).

Um outro recorte, dessa vez de *A ordem de discurso* – a aula que supostamente marca a genealogia do poder como projeto –, pode lançar luzes sobre o problema do poder e do jogo com o não-discursivo explicitado nas estratégias das FDs. Peço licença para uma outra citação, ubíqua e um tanto gasta:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de **procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade**. (FOUCAULT, 2002, p.8-9, grifos meus).

O primeiro grupo de procedimentos que menciona Foucault é formulado a partir da relação entre o desejo e o poder. Não me deterei neles, mas quero marcar que, na *Arqueologia*, as estratégias de uma FD (ou comum a várias FDs) dizem respeito a uma *função específica* numa prática específica e têm uma relação com o desejo. São, pois, uma questão de política enunciativa. Como na formulação posterior do dispositivo, são as estratégias – nos limites não-discursivos – as responsáveis funcionais pela resposta às urgências históricas. Sobre elas, Foucault (2012, p.82) ainda assevera: não são elementos secundários e é delas que dependem as FDs para se individualizarem.

Diante desse itinerário de presença do não-discursivo na descrição das formações discursivas, seria possível objetar, com Foucault (2012, p.91), que a injunção é a de permanecer “[...] na dimensão do discurso”. Todavia, como tentei apontar na seção precedente, o próprio do discurso é a sua composição heteróclita, mais ou menos estável, num jogo sempre aberto com a exterioridade. Sua topologia, arrisco dizer, é a mesma do corpo: topia incontornável de uma

inscrição, mas espaço que exige uma abertura e uma possibilidade de transgressão do mesmo (FOUCAULT, 2013). Ao mencionar o corpo, ratifico a posição de uma FD lida na condição de sua exterioridade incontornável e complexa, que deixa uma série de inquietações – ainda – para os analistas do discurso.

4. Considerações finais

Termino este escrito solicitando a presença de três autores e de três leituras possíveis para o problema do não-discursivo em Foucault. O primeiro, Antonio Negri (2016, p.212-213), que no seu *Quando e como li Foucault*, descreve um deslocamento na ontologia depois de Heidegger, de acordo com “[...] um agenciamento linguístico, prático e cooperativo, como tecido da práxis.”. Se, para Heidegger, a técnica moderna redundava em uma *waste land* para o sujeito, o que fazem Foucault e Nietzsche é restabelecer a ontologia a partir do presente e da vida, tarefa similar a de Marx. A diferença entre Foucault e Marx, nesse caso, residiria no ímpeto foucaultiano de historicizar a luta de classes e de considerar “a força de trabalho vivo nas lutas e adequação dos corpos produtivos.” (NEGRI, 2016, p.216).

Valho-me de Negri para retomar o início deste capítulo, no qual eu apresentava uma espécie de drama de origem e de tensão do conceito de formação discursiva no campo da análise do discurso. Ao que parece, trata-se atualmente de pensar no papel positivo das formas de subjetivação, mais ou menos livres; no interior do debate conceitual sobre o discurso, no qual se inscrevem as FDs, tentei pensar o problema da exterioridade, marcado no texto da *Arqueologia do saber* e em outros escritos de Foucault a partir da tensão entre o discursivo e o não-discursivo.

Essa preocupação conceitual esbarra em uma outra, do segundo dos autores. Em texto recente, Irrera (2019) levantou em Foucault uma aproximação pouco comum: entre o conceito de ideologia, utilizado em cursos de 1964 e 1969, e o conceito de dispositivo. Em todos os casos, o objetivo era estabelecer vínculos entre o discursivo e o não-

discursivo, por um lado, e as formas de produção de regularidades (e seus efeitos) de outro. Irrera (2019, p.137) encerra seu texto afirmando que “[...] a ideologia – constitui na realidade o que podemos de forma justa nomear a pré-história do dispositivo [...]”. Ora, como afirmei no início do texto, talvez haja pontos de confluência ainda a investigar entre discussões que muitas vezes pareciam “incomensuráveis”. Dito de outro modo, é na condição de lugar limítrofe entre relações de linguagem e relações da vida e do mundo, corporificadas e políticas, que as ontologias do presente de Marx e de Foucault podem ser lidas produtivamente nas análises do discurso – como fizeram Negri e Irrera, entre muitos outros, no campo da filosofia.

Não obstante esse horizonte teórico, gostaria uma última vez de destacar a problemática que Michel Foucault inaugura ao descrever a formação discursiva, o enunciado e o dispositivo. Tomo, para isso, o *Homo Sacer*, onde Giorgio Agamben (o terceiro dos autores destas considerações abertas), entre outras questões, lê a linguagem na ordem da soberania. A equação agambeniana é simples, mas eficaz: se a soberania é a capacidade de produzir exceção, como queria Carl Schmitt, o funcionamento da linguagem opera na mesma ordem, desde Saussure. No caso da linguagem, a aproximação com o direito e a exceção se dão pela expulsão do referente na fundação da norma que, no entanto, a espreita; “A linguagem é o soberano que, em permanente estado de exceção, declara que não existe um fora da língua, que ela está sempre além de si mesma. A estrutura particular do direito tem seu fundamento nesta estrutura pressuposta da linguagem humana.” (AGAMBEN, 2014, p.28).

As formações discursivas, conforme aqui as apresentei, apontam para o paradoxo da presença constante dessa expulsão arbitrária, sobre a qual se produziram os saberes, a verdade, a racionalidade – como uma violência que reivindica uma luta. É dessa luta que se trata quando, ainda hoje, travamos batalhas teóricas e analíticas com as FDs.

| Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Tradução Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

AGAMBEN, G. *O amigo. O que é um dispositivo*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. *In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004. p. 45-63.

BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault e Michel Pêcheux: notas de leitura para discussão. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, V, Porto Alegre, 2011. Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011b. Disponível em: <http://bit.ly/2lCyghE>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BUTTURI JUNIOR, A. *Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92078>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BUTTURI JUNIOR, A. *Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

BUTTURI JUNIOR, A. (Contra)positivismo, linguagem e resistências *In: BUTTURI JUNIOR, A.; SEVERO, C. G. Foucault e as linguagens*. Campinas: Pontes, 2018. p. 189-216.

COURTINE, J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Tradução Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 6, p. 5-18, abr./jun. 1999.

COURTINE, J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* 62, Paris, p. 9-129, jun. 1981.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ERIBON, D. *Michel Foucault*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2008.

FOUCAULT, M. *O belo perigo: conversa com Claude Boonefo*. Tradução Fernando Scheibe. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. Entrevista sobre a prisão: o livro e o seu método. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 159-174.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de epistemologia. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. Réponse à une question. *In*: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. v. I. Paris: Éditions Gallimard, 1994a. [1968]. p.673-395.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994b.

GALANTIN, D. V.; RIBAS, T. F. Política e análise do discurso na arqueologia de Foucault. *Cadernos de ética e filosofia política*, n. 35, p. 186-199, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/38LykX9>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GUILHAUMOU, J. Où va l'analyse de discours? Autour de la notion de formation discursive. *Texte!*, juin 2004. Disponível em: <http://bit.ly/38Gp1aZ>. Acesso em: 30 maio 2012.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages* 24, Paris, p. 93-106, dez. 1971.

IRRERA, O. As práticas de liberdade e a ideologia como pré-história do dispositivo. *In*: BUTTURI JUNIOR, A. *et al. Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites*. Campinas: Pontes, 2019. p. 117-138.

KUHN, T S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva: 1998.

LECOURT, D. *Sur l'archéologie du savoir* (à propos de Michel Foucault). [artigo publicado em *La Pensée*, n. 152, 1970]. Disponível em: <http://bit.ly/39McyDZ>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. Pertinence de la notion de formation discursive en analyse de discours. *Langage et société*, n. 135, p. 87-99, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2wQ3382>. Acesso em: 3 dez. 2019.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2W7UMak>. Acesso em: 30 out. 2019.

NEGRI, A. *Quando e como eu li Foucault*. Tradução Mario A. Mariano. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Tradução Maria do Rosário Gregolin. Circulação restrita. 1977.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

RODRIGUES, H. de B. C.; FRANCISCO, A. Foucault nas lutas estratégicas no campo da saúde. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 15, p. 37-55, maio-ago. Disponível em: <http://bit.ly/2xsjebT>. Acesso em: 3 maio 2017.

SARGENTINI, V. M. de O. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 215-222.

VOSS, J. *Foucault na formação discursiva da análise de discurso: um autor, um conceito, uma positividade*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2W8gkDI>. Acesso em: 10 nov. 2019.